



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**

**CAMPUS I**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**CRISTIANE RENALY LIRA COSTA OLIVEIRA**

**UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM  
DÉFICIT INTELECTUAL NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL**

**CAMPINA GRANDE**

**2016**

**CRISTIANE RENALY LIRA COSTA OLIVEIRA**

**UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM  
DÉFICIT INTELECTUAL NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, em cumprimento às exigências legais para a obtenção do título de Pedagoga.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Eduardo Gomes Onofre

**CAMPINA GRANDE**

**2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48u Oliveira, Cristiane Renaly Lira Costa

Um estudo sobre o processo de alfabetização de alunos com déficit intelectual na sala de recursos multifuncional [manuscrito] / Cristiane Renaly Lira Costa Oliveira. - 2016.  
38 p. : il. color.

Digitado.  
Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Educação".

1. Alfabetização 2. Educação Inclusiva 3. Deficiência intelectual I. Título.

21. ed. CDD 372.6

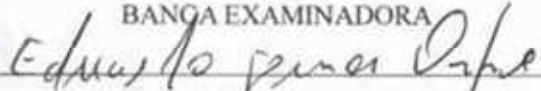
CRISTIANE RENALY LIRA COSTA OLIVEIRA

UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM  
DÉFICIT INTELECTUAL NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

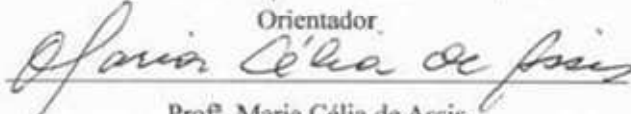
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB,  
em cumprimento às exigências legais para a  
obtenção do título de Pedagoga.

Aprovado em: 20/10/2016  
Nota: 9,0 (nove)

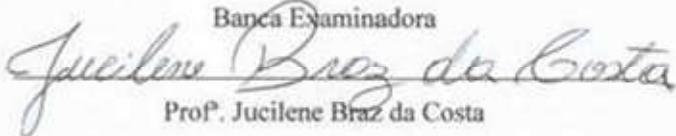
BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

Orientador

  
Prof. Maria Célia de Assis

Banca Examinadora

  
Prof. Jucilene Braz da Costa

Banca Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Hoje gostaria de agradecer a primeiramente DEUS por mais essa conquista na minha vida, foram muitos os desafios que tive que ultrapassar ao longo dessa caminhada, mas só tenho a agradecer a ele por ter me dado força para chegar até a concretização do meu sonho.

Quero também agradecer a minha família, principalmente a minha mãe, a minha irmã, as minhas tias e ao meu amado esposo por terem acreditado em mim.

Não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que contribuíram diretamente ou indiretamente para minha formação. Em especial aos meus professores, a minha turma, meu muito obrigado por fazerem parte da minha vida. Gostaria de agradecer a minhas amigas Aluska Borges e Amanda Vieira que sempre estiveram prontas para ajudar, meu muitíssimo obrigado por todo apoio dado nessa jornada.

Meu muito obrigado para meu orientador que tão gentilmente se dispôs a me ajudar. Meu amado professor Eduardo sou muitíssimo grata por todo carinho e atenção.

## **RESUMO**

O presente trabalho busca esclarecer e trazer as minúcias o processo de alfabetização das pessoas com deficiência intelectual, relatando a fase histórica (STOBAUS E MOSQUERA, 2003), o respaldo legal partindo dos pressupostos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Declaração de Salamanca (1994) alcançado pela sociedade para garantir direitos das pessoas com necessidades especiais, sejam elas físicas e/ou mentais, além de aprofundar o estudo no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência intelectual (BRASIL, 2010). A metodologia escolhida para desenvolver esse trabalho foi à pesquisa qualitativa baseada em estudos bibliográficos, observação participante e estudo de caso. O lócus da nossa pesquisa deu-se na sala de recursos multifuncional, os sujeitos envolvidos foram dois alunos com déficit intelectual incluídos em uma escola municipal da rede pública da cidade de Campina Grande. Buscamos investigar se é possível alfabetizar crianças com déficit intelectual? Qual a metodologia mais adequada para alfabetizá-la crianças com déficit intelectual? Para responder tais questionamentos objetivamos verificar a importância dos jogos pedagógicos no processo de alfabetização dos sujeitos envolvidos com déficit intelectual incluídos em uma escola regular. É importante compreender que a deficiência intelectual é a condição do sujeito em si, e essa condição não deve ser interpretada como incapacidade de aprendizagem, é preciso considerá-la a partir das suas características individuais, identificando assim as possibilidades e potencialidades de aprendizagem para a efetivação de uma educação, de fato, inclusiva.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Educação Inclusiva. Déficit Intelectual.

## **ABSTRACT**

This present work search to clarify and bring the minutiae the process of literacy of people with intellectual disabilities, reporting the historical phase (STOBAUS E MOSQUERA, 2003), the legal support starting from the assumptions contained the Universal Declaration of Human Rights (1948) and at Declaration of Salamanca (1994) Reached by the society to ensure rights of persons with special needs, be them physical and / or mental, in addition to deepening the study with regard to attendance specialized education to students with intellectual disabilities (BRASIL, 2010). The methodology chosen to develop this work was the qualitative research based on bibliographical studies, participant observation and case study. The locus of our research was given in the multi-purpose resource room, the subjects involved were two students with intellectual deficit included in a municipal public school in the city of Campina Grande. We search to investigate whether it is possible to alphabetize children with intellectual deficit? What is the most appropriate methodology for literate her children with intellectual deficit? To answer such questions we objectify to verify the importance of educational games in the literacy process of those subjects involved with intellectual deficit included in a regular school. It is important to understand that intellectual disability is the condition subject itself, and this condition should not be interpreted as a learning disability, it is need to consider it from their individual characteristics, thus identifying the possibilities and learning potential for effecting an education, in fact, inclusive.

**Keywords:** Literacy. Inclusive Education. Intellectual Deficit.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>1.0 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>07</b>
1.1 As pessoas com deficiência na sociedade contemporânea .....	09
1.2 Políticas públicas para educação especial no Brasil.....	12
1.3 A importância do atendimento educacional especializado - AEE nas escolas regulares.....	16
1.4 Déficit intelectual: um breve discurso .....	20
1.5 O processo de alfabetização e letramento das pessoas com déficit intelectual .....	23
<b>2.0 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>25</b>
2.1 Tipo de pesquisa .....	26
2.2 Cenário da pesquisa .....	26
2.3 Análise dos dados coletados .....	27
2.4 Apresentação e discussão dos resultados .....	27
2.4.1 Apresentação do estudo de caso 1 .....	28
2.4.2 Apresentação do estudo de caso 2 .....	29
2.5 A intervenção dos jogos pedagógicos na construção da identidade .....	30
2.6 Jogos pedagógicos mediando a formação de palavras .....	30
2.6.1 Bingo da letra inicial .....	33
2.6.2 Troca letras .....	33
<b>3.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca esclarecer e trazer as minúcias o processo de alfabetização das crianças com deficiência intelectual, relatando a fase histórica, o respaldo legal alcançado pela sociedade para garantir direitos das pessoas com necessidades especiais, sejam elas físicas e/ou mentais, além de aprofundar o estudo no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência intelectual, aliado ao processo de alfabetização e letramento através de jogos pedagógicos.

Para fundamentar nossa pesquisa foi necessário percorrer alguns caminhos que nos deram subsídios teóricos:

Nosso primeiro passo para realização deste estudo foi resgatar os Aspectos históricos das pessoas com deficiência na sociedade, desde a antiguidade, assim discutimos o tratamento dado as pessoas com deficiência com base dos estudos de (STOBAUS E MOSQUERA, 2003).

Nosso segundo passo buscou compreender como se deu o processo de inserção das Pessoas com deficiência na sociedade contemporânea, e o processo de aceitação social das pessoas com necessidades especiais, com base nos pressupostos de (MONTAÑO, 1988) percebemos que gradativamente as pessoas com deficiência foram conquistando espaço em várias esferas sociais.

Nosso terceiro passo discutiu-se a importância das Políticas públicas para educação da especial no Brasil, embasados e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Declaração de Salamanca (1994).

Em seguida buscamos compreender A importância do atendimento educacional especializado - AEE nas escolas regulares, assim delineamos os aspectos do atendimento oferecido nessas salas bem como a organização espacial na escola (BRASIL, 2010);

Posteriormente abordamos o termo Déficit intelectual: um breve discurso (MAZZOTTA, 2003); com intuito de distinguir a diferença entre as terminologias doença mental e déficit intelectual ao longo dos anos.

Por fim, foi relevante conhecer O processo de alfabetização e letramento das pessoas com déficit intelectual para tanto nos embasamos nos pressupostos de Kliever (1998) que fala de uma pesquisa na qual utilizaram a técnica do método fônico, para decodificaram palavras usando a unidade fônica, método este que colabora com o processo de alfabetização.

A metodologia escolhida para desenvolver esse trabalho foi à pesquisa qualitativa baseada em estudos bibliográficos, observação participante e de estudo de caso. O locus da nossa pesquisa deu-se na sala de recursos multifuncional, com apoio aos alunos com dois

alunos com déficit intelectual, junto ao atendimento educacional especializado. Os sujeitos da nossa pesquisa foram dois alunos com déficit intelectual incluídos em uma escola municipal da rede pública da cidade de Campina Grande.

A partir do exposto surgiram alguns questionamentos: É possível alfabetizar crianças com déficit intelectual? Qual a metodologia mais adequada para alfabetizá-las crianças com déficit intelectual? Para responder tais questionamentos objetivamos verificar a importância dos jogos pedagógicos no processo de alfabetização de dois alunos com déficit intelectual incluídos em uma escola regular.

## **1.0 ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE**

É importante salientar que desde antiguidade (século V), apenas as pessoas nobres detinham o poder social, político e econômico. O corpo perfeito e forte para guerrear, a beleza física, a capacidade retórica para proferir discursos filosóficos, entre outras habilidades, eram aspectos que valorizavam algumas pessoas e conferiam-lhes a cidadania nessa sociedade.

Qualquer pessoa que fugisse a esse padrão era considerada subumana já que não teria utilidade para a vida em sociedade. Assim as pessoas que nasciam com deficiências visíveis eram renegadas ao abandono e até mesmo, exterminadas, por não terem valor social.

Observa-se esse ponto de vista expresso por Miséis, citado por (STOBAUS E MOSQUERA, 2003) em um trecho de manuscrito de governantes espartanos, na antiguidade:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, axisfiamos os recém-nascidos mal construídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Há relatos históricos que mostram era comum a prática de abandonar crianças em montanhas e florestas ou atirá-las de penhascos ou nos rios, por serem consideradas uma ameaça á manutenção da sociedade da época em virtude das limitações e imperfeições que apresentavam.

Podemos mencionar Roma Antiga, onde era permitido, dos plebeus aos nobres, o sacrifício dos filhos que viessem a nascer com algum tipo de deficiência. O mesmo acontecia na cidade de Esparta, onde os bebês eram jogados em alto mar ou arremessados de precipícios. A história, no entanto, começa a mudar em Atenas, onde Aristóteles foi a grande influência e deu início ao pensamento de “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça”. A

sociedade ateniense era reconhecida pela proteção às pessoas com necessidades especiais.

O fato é que, na História, sempre existiram pessoas que tinham algum tipo de limitação, seja física, sensorial ou cognitiva. Silva (1987) afirma que: “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade” (p. 21). Tal afirmação é importante para percebermos que desde os tempos primitivos até os dias atuais sempre houve pessoas que nasceram ou adquiriram algum tipo de deficiência durante a vida. Vale salientar que, muitas vezes, tal deficiência era tratada com sentimento de menosprezo e preconceito pela sociedade.

O Egito Antigo é o berço das principais descobertas quanto à existência de pessoas com deficiência, a forma usada para sobrevivência e também o relato dos principais males incapacitantes da época, assim como os meios de tratamentos utilizados para facilitar a vida de tais pessoas que possuíam limitação de qualquer espécie. Essas descobertas foram facilitadas a partir de 2.500 a.C , com o aparecimento da escrita.

No território pertencente à Grécia Antiga, principalmente no que diz respeito à cidade-estado de Esparta, onde era comum, devido às lutas e o próprio espírito militar, os castigos dados através de amputações dos membros inferiores e superiores. No entanto, um número considerável de pessoas passou a ter uma deficiência e mesmo assim precisou lutar pela sobrevivência. É fácil perceber, ainda, observando numa visão histórica que o hábito espartano era jogar crianças que nasciam com limitações, pois as mesmas não seriam úteis nas lutas e batalhas.

As práticas relatadas em documentos históricos afirmavam que, qualquer criança recém-nascida, com deficiência ou não, devia ser levada pelos seus pais para avaliação de um Conselho de Espartanos, formado por anciãos, que recebiam a criança e julgavam se ela era normal, com aspectos saudáveis e fortes e, conseqüentemente, seriam úteis para as práticas de guerras, lutas. Se assim fosse julgada, a criança seria devolvida aos pais para que os mesmos a criassem até os 07 anos, onde passaria a ter uma educação e treinamento do Estado para as guerras. Por outro lado, se a criança fosse considerada incapacitada para as atividades ou “feia, disforme e franzina”, como eles mesmos afirmavam, o Conselho tomava a criança para si e a levavam para um lugar chamado Apothetai, que nada mais era do que abismos onde o recém-nascido era lançado “pois tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto que, desde o nascimento, não se mostrava bem constituída para ser forte sã e rija durante toda a vida” (LICURGO DE PLUTARCO APUD SILVA, 1987, p. 105).

Deve ser levado em consideração que esse ato espartano de lançar crianças com deficiências nos abismos era natural à época, devido à realidade histórica e social. Se observarmos os comportamentos com a visão atual, logicamente vamos abolir tal prática como sendo algo desleal e cruel, mas é necessário entendimento no sentido de que a educação dessa cidade-estado era para a guerra, formação de guerreiros e, sabendo disso, ficava inviável manter crianças que não iriam trazer resultados para a república. Esta prática não ocorria, porém, em outras cidades-estados, cuja vida era destinada apenas a agricultura, lavoura e criação de animais.

Roma Antiga, ao contrário do que foi exposto sobre Grécia, não deixou uma diversidade significativa de vestígios sobre o tratamento de pessoas com deficiência. No entanto, foi possível extrair informações através de obras de arte que faziam alusão ao tema, além de textos e citações que comprovaram a posição do estado com relação ao assunto. Da mesma forma como ocorria em Esparta, Roma também deixou de apoiar a vida daqueles que nasciam “defeituosos”, no entanto, o tratamento para com as crianças e com os pais era dado de forma diferente (ocorrendo, esporadicamente, a execução sumária similar à que havia em Esparta). Existia uma possibilidade mais aceitável de deixar as crianças nas margens dos rios para que as mesmas fossem adotadas por famílias pertencentes à plebe.

Infelizmente, é importante ressaltar que as pessoas com deficiência, na Roma Antiga, serviram, pela primeira vez na História, para fins de prostituição e divertimento dos nobres. Silva (1987) afirma que: “cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, cavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes” (p. 130). De uma forma trágica e inescrupulosa, com o passar do tempo, essa prática se repetiu em vários outros lugares.

A chegada do Cristianismo trouxe benefícios consideráveis no que diz respeito ao tratamento dado as pessoas com algum tipo de deficiência por parte da sociedade. Tal mudança foi fundamentada basicamente pela própria doutrina religiosa e teve seu primeiro passo dado num momento de consolidação do Império Romano, em termos políticos e militares. Inicialmente, a proliferação do Cristianismo começou através de um grupo de homens simples, no entanto, o que mais chamou a atenção foi o total descaso moral por parte da nobreza pelo aumento considerável do número de pessoas com deficiência juntamente com aumento do número da pobreza e miserabilidade.

A doutrina Cristã ganhou forças na sociedade romana devido ao seu momento de marginalização perante os nobres. Os princípios da caridade, ajuda ao próximo, humildade,

perdão e, principalmente, a visão mais qualificada da importância dada às coisas mais simples foram fundamentais para essa proliferação. Os mais beneficiados, no entanto, foram exatamente as pessoas mais desfavorecidas, as pessoas com deficiência, os doentes e os portadores de alguma limitação física, que sofriam mais com a falta de preocupação dos nobres.

Baseados nos princípios trazidos pela doutrina religiosa e com a influência cristã começaram a serem criados, a partir do século IV, hospitais com escopo de atender, de forma caridosa, pessoas pobres e pessoas com deficiências, marginalizadas de uma forma geral pela sociedade. Foi estipulado aos bispos e demais religiosos, a partir do concílio da Caceldônia, que os mesmos teriam que liderar e se responsabilizar por ações de assistência social destinadas às comunidades carentes. Um dos grandes resultados destas ações foi à criação do hospital para pobres e incapazes na cidade de Lyon, construído pelo rei franco Childebert no ano de 542 (SILVA, 1987).

É importante ressaltar a discrepância existente entre o tratamento caridoso dado aos pobres e pessoas com necessidades especiais, cada vez mais impulsionados pelo empenho dos padres, bispos e freiras com a criação de hospitais e atendimento ainda maior aos necessitados e a não aceitação dos mesmos como sacerdotes. Silva afirma que “já nos chamados Cânones Apostolorum, cuja antiguidade exata todos desconhece e que, no entanto, foram elaborados no correr dos três primeiros séculos da Era Cristã, existem restrições claras ao sacerdócio para aqueles candidatos que tinham certas mutilações ou deformidades” (SILVA, 1987, p. 166). Os papas que reinaram nesta época afirmavam e era redutivo quanto à impossibilidade de aceitar que os sacerdotes tivessem algum tipo de deficiência ou incapacitados de alguma forma.

A Idade Média, período compreendido entre os séculos V e XV, trouxe mudanças significativas no que diz respeito ao tratamento das pessoas marginalizadas e as pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência. Agora sendo liderados pelos senhores feudais, os postos de atendimento direcionados aos enfermos foram mantidos. No entanto, as condições de higiene desses locais causaram preocupação aos historiadores que narraram em documentos tal fato. Com o crescimento populacional e, conseqüentemente, o aumento dos aglomerados urbanos, dificultou a manutenção da saúde local e a população medieval sob constante ameaça das epidemias.

Havia uma crença que afirmava que as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência, física ou mental, eram tidas como resultado da ira ou castigo divino. Mas vale ressaltar que os incapacitados eram excluídos até da própria Igreja, que liderava ações para tratá-los, mas não os aceitavam em seu meio. Epidemias como a peste bubônica, hanseníase e

difteria, assustaram e mataram diversas pessoas. Aquelas, no entanto, que conseguiam, milagrosamente, sobreviver, eram fadadas ao extremo preconceito e marginalização, pois haviam se tornado inúteis para a convivência em sociedade.

Infelizmente, é correto afirmar que o período da Idade Média foi o de fortalecimento da exclusão das pessoas com deficiência. As ações de solidariedade existiram, mas não foram suficientes para integrá-los na sociedade. Deficiência, então passava a ser sinônimo direto de pobreza, marginalização e enfermidade.

### **1.1 As pessoas com deficiência na sociedade contemporânea**

A situação das pessoas com deficiências passa a tomar outros rumos com o passar dos anos. Nos Estados Unidos, por exemplo, as pessoas com deficiência tiveram direito à moradia e alimentação desde 1811. Não pode se omitir, porém, que a preocupação maior era com os chamados “veteranos”, cidadãos americanos que serviram ao país militarmente e foram atuantes nas guerras e conflitos em geral e que vieram a adquirir alguma limitação. Sendo assim, esse apoio dado às pessoas com deficiência começou a ser alimentado desde muito cedo e impulsionado após a Guerra Civil norte-americana, onde foi criado o Lar Nacional para Soldados Voluntários Deficientes e o mesmo se expandiu em unidades filiadas em outras cidades do país.

Foi no século XX que essas ações assistenciais ganharam um impulso memorável no que diz respeito ao tratamento de pessoas com deficiências (fossem elas cidadãos normais ou soldados). Além de serem criadas as primeiras medidas para que separassem essas pessoas com deficiência do contato direto com os guerrilheiros sequelados, a atenção foi focada de forma mais incessante nas crianças físico ou mentalmente debilitada, para que as mesmas tivessem tratamentos específicos e pudessem ser reabilitadas de forma correta.

É mister salientar que, não só os Estados Unidos deram uma atenção especial as pessoas com deficiência, mas também países europeus como França e Grã-Bretanha, principalmente no período entre guerras, onde eram construídos centros de treinamentos e cuidados para os guerrilheiros. Na Inglaterra, por exemplo, foi criada uma Comissão Central para cuidar das pessoas com deficiência. O assunto passou a ganhar mais importância depois da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, com o aumento do número de pessoas que apresentavam algum tipo de limitação ou doenças crônicas. A Organização das Nações Unidas (ONU) tomou a discussão para si e transformou a relevância do assunto para o âmbito internacional. O tratamento de pessoas com deficiência foi pauta para diversos debates entre

políticos e alvo de importantes ações, apesar de receber tratamentos variados de um país para outro.

É imprescindível esclarecer que as primeiras preocupações tidas pelas escolas de Educação Especial, foram relativas às deficiências sensoriais, pois eram as que estavam em maior vantagem. As pessoas com deficiências visuais e auditivas, por exemplo, eram possuidores de uma memória excepcional, que muitas vezes facilitavam o estudo de músicas, cantos, poesias e tantas outras habilidades difíceis de serem encontradas à época.

Todo aquele movimento de rejeição dado às pessoas com deficiência, exemplificado com a própria Igreja, passou a dar lugar, a partir do século XX, a um movimento tendencioso que apoiava a inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

Tal movimento teve início em 1959 em países europeus, tais como a Dinamarca, onde começou a se questionar os diferentes tipos de tratamentos, oferecido pelas escolas, aos alunos que possuíam deficiência intelectual. A partir daí, foi aprovado um Ato Legal que destinava a todos os serviços relativos à educação especial (educadores, coordenadores e diretores) a obrigação de equiparar as pessoas com deficiência para que as mesmas, na medida do possível, tivessem as mesmas condições vitais para sobreviver na sociedade em que estava inserida.

(MANTOAN, 1988) alega que: “a normalização visou tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”. A normalização a qual a autora se refere, faz menção ao corpo legal disseminado mundialmente que alterou essa condição de atendimento nas escolas apenas para as pessoas com deficiências mentais e passou a ser para todo e qualquer tipo de deficiência ou incapacidade total e relativa.

Com o passar dos anos, tais práticas foram se concretizando e passaram a ter cada vez mais força na sociedade. O que antes era considerado deficiente, incapaz e inválido, passou a ser visto de uma forma mais humana, com direitos e deveres semelhantes e, conseqüentemente, para que pudesse atender a todos os deveres, deveriam receber condições suficientes de acesso a todo e qualquer âmbito que julgasse como sendo necessário.

## **1.2 Políticas públicas para educação especial no Brasil**

As ações políticas voltadas para educação especial ganharam força com a questão da inserção dos alunos com deficiência na esfera educacional, porém, não basta somente criar ações políticas voltadas para a educação, com fundamentos constitucionais, bases legais

concretas e conteúdo edificado corretamente. Torna-se mais importante, porém, que tais ações sejam de fato colocadas em prática. Só assim o aluno, protagonista de todo o cenário das decisões políticas sobre educação, tenha seu objetivo maior alcançado: consiga atingir seu desenvolvimento intelectual, pessoal e social, visando uma melhoria na qualidade de vida em todos os âmbitos.

Quando falamos em política, devemos analisar a tradução do seu termo desde quando foi criada até o entendimento do que é hoje. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p.7):

O termo “política” prenuncia uma multiplicidade de significados, presentes nas múltiplas fases históricas do Ocidente. Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de polis – politikós – e refere-se à cidade e, por conseguinte, ao urbano, ao civil, ao público, ao social.

Muitas vezes, a expectativa criada pelos alunos, suas famílias, seus educadores não é correspondida graças a ações mal planejadas por parte de todas as esferas governamentais (estadual, federal, municipal) ao colocarem como imposição regras pedagógicas impossíveis de gerarem resultados satisfatórios, impedindo, no entanto, a práticas de ações corretas elencadas dentro do âmbito educacional.

O Plano Nacional de Educação, por exemplo, está presente no art. 214 da Constituição de 1988 e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, art. 9º, § I e art. 87, § 1, onde é tido como uma ferramenta sistematizada da política nacional (esfera federal) que, com apoio do Ministério da Educação, coordena, controla e fiscaliza a educação em todo o país, em todos os níveis de ensino.

Como resultado disso, o PNE virou exemplo, se tornando um documento oficial, para ser espelho nos estados e municípios da federação da construção de um plano educacional.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é de uma importância ímpar quando trata da educação especial, senão vejamos:

Art. 26 – Parágrafo 1º: “Toda a pessoa tem direito à educação (...).  
Parágrafo 2º: “A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das diferentes liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos (...).

Tal Declaração visa, sem sombra de dúvidas, estender o acesso à educação para toda população mundial, independente de religião, cor, sexo, deficiência, enfim. O foco é o



desenvolvimento de uma personalidade ética, intelectual e positiva, fazendo valer todos os esforços por parte dos docentes e da própria família.

No que se refere à educação especial, é impróprio afirmar que tal Declaração defende a criação de grupos homogêneos de alunos, para que os mesmos não necessitem lidar com as diferenças. A DUDH afirma que, para que haja um desenvolvimento relevante quanto ao convívio, à interação e a cooperação entre indivíduos da mesma faixa etária, porém com comportamentos diferentes, devido à deficiência ou ausência dela é de extrema importância.

É correto afirmar que pode ser considerada antiética a instituição que defender tal prática, podendo ser sancionada por estar descumprindo normas presentes no regimento educacional.

Os direitos descritos na DUDH continuam tomando à frente no que diz respeito à defesa dos interesses da população que venha a sofrer qualquer tipo de injustiça, seja ela social ou educacional.

É fácil criar uma educação condizente com os parâmetros dados pela Declaração Universal, apenas baseada no desenvolvimento do caráter e do intelecto dos seus alunos sem agredir nenhum princípio dos Direitos Humanos.

A nossa Carta Magna, em um dos seus dispositivos referentes à educação, mais precisamente no Art. 205, traz a seguinte redação:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O acesso ao ensino, segundo a nossa Constituição Federal é obrigatória e gratuita, visto ser um direito público subjetivo, destinado a toda e qualquer pessoa, estando ou não dentro dos padrões de idade para frequentar a escola. Quando falamos em ser um direito público é porque a educação é uma regra jurídica e o Estado é responsável por garantir esse direito previsto.

Motta (1997, p. 184) enfatiza que:

“[...] no § 1º do art. 208, o direito de acesso ao ensino obrigatório e gratuito deixa de ser uma simples tese ou faculdade, para se transformar, efetivamente, em um direito público subjetivo, isto é, viável de prestação jurisdicional [...]”

A educação especial é tratada da mesma forma do ensino regular, visto que, faz parte

da esfera educacional e é parte indispensável e intrínseca à proteção legal, por ser um direito público subjetivo.

A Declaração de Salamanca, que ocorreu em 1994, é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. A mesma foi dada em Assembleia Geral, apresentando os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Esta Declaração é tida perante todo o mundo como sendo um documento dos mais importantes já construídos com fulcro na inclusão social.

A ideia da criação do documento foi impulsionada pelos movimentos favoráveis aos Direitos Humanos, que iniciaram entre 1960 e 1970. A Convenção sobre o Direito das Crianças e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos foram outros documentos criados a mesma intenção e, juntos, estão consolidando essa ideia de inclusão social, que está tomando relevante importância nas discussões educacionais.

“(...) as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades, (...) as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.”

Os parágrafos supracitados foram retirados da Declaração de Salamanca e mostram, claramente, algumas diretrizes basilares da educação especial. A defesa de que as escolas regulares devem se adequar aos seus alunos especiais trouxe uma enorme discussão, visto que, a instituição é a principal responsável pelo desenvolvimento intelectual do indivíduo. O fato de já ter uma vivência e um conhecimento prévio com o aluno facilita seu tratamento, tornando-o mais adequado e transformando-o num cidadão ético e útil para a sociedade.

Todas as escolas deviam aplicar tal pedagogia, sendo favorável ao investimento nos seus alunos, independente de possuírem ou não algum tipo de deficiência.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. A partir daí, ela vem envolvendo todos os tipos de educação, desde a infantil – que hoje é devida a todas as crianças a partir dos 04 anos – o ensino fundamental e, também, o ensino médio. A educação especial também está inserida no âmbito da LDB, no entanto, para que ela seja, de fato, colocada em prática, é preciso que nós, enquanto população tenhamos

consciência da esfera educacional e utilizemos a Lei para garantir o desenvolvimento educacional dos alunos, inclusive dos alunos especiais.

A LDB é a ponte mais segura existente para termos acesso aos princípios gerais da educação, os objetivos, as finanças e tudo que disser respeito aos docentes. Vale salientar que é uma lei renovável, a qual é regida pela Câmara dos Deputados, responsável por modificá-la de acordo com o cenário vivido pela população. Como é sabido, várias dessas atualizações já foram postas em prática no decorrer do tempo, no entanto, a relevância varia de uma para a outra. A partir de 2016, por exemplo, os pais que desobedecerem aos novos parâmetros da LDB, poderão ser punidos com multa ou detenção de 15 dias.

Outro ponto bastante relevante quanto à educação infantil é o currículo, que visa à democratização do ensino no país. Deve haver um modelo para ser usado como exemplo em todo país, variando, claro, com as premissas culturais de cada região. Os professores devem acompanhar o desenvolvimento dos alunos para apontar avanços e retrocessos, tanto em crianças especiais como, também, em crianças que não possui nenhuma especificidade.

### **1.3 A importância do atendimento educacional especializado - AEE nas escolas regulares**

É mister salientar a inenarrável importância do Atendimento Educacional Especial para o desenvolvimento intelectual dos alunos para sua inserção no meio escolar e, principalmente, seu crescimento pessoal e de convivência social.

Sabe-se, porém, que o maior obstáculo enfrentado por todas as instituições da área é a falta de incentivo no que diz respeito ao acervo de materiais necessários para a prática deste atendimento, além da falta de profissionais especializados. No entanto, mesmo diante desta realidade. O AEE está crescendo cada vez mais e alcançando resultados ainda mais satisfatórios.

A importância deste atendimento se dá de forma mais concreta com a parceria formada, muitas vezes, com as próprias salas de recursos multifuncionais, que facilita e possibilita a obtenção dos materiais necessários e específicos para cada tipo de deficiência. Vale ressaltar, no entanto, que a especialização dos profissionais que atuam com alunos especiais deve ser incessante, pois os mesmos necessitam como é sabido, de acompanhamento específico a depender da deficiência que possui.

Atendimento Educacional Especializado é um serviço específico e direcionado para a percepção, efetuação e organização de todos os meios pedagógicos acessíveis para quebra de todas as dificuldades existentes relativas às atividades dos alunos especiais. É importante lembrar

que a proposta oferecida pelo AEE deve estar em concordância paralela com a proposta das escolas regulares, no entanto, a interação dos profissionais com os alunos se dá de maneira distinta, visto que as atividades oferecidas precisam ser específicas. O atendimento necessita ser realizado em horário inverso ao que o aluno possui o ensino normal, além de precisar que tal procedimento aconteça na mesma escola. Se assim não for possível, é necessário que o AEE seja procedido em uma escola presente num perímetro próximo.

De uma forma concreta, o Atendimento deve acontecer nas próprias escolas de ensino regular, num espaço físico conhecido como sala de recursos multifuncionais, que deve dispor de recursos suficientes relativos ao material apropriado, professores especializados e equipamentos necessários para realizá-lo. Como já foi afirmado anteriormente, é imprescindível que os profissionais presentes nas salas para o atendimento sejam altamente qualificados para o ensino especial, visto que, o papel deles é vital para o aprendizado regular dos alunos especiais.

Sabemos também que é relevante o trabalho paralelo do professor de ensino regular com os profissionais responsáveis pelo atendimento especializado, já que, o objetivo maior é a validação da aprendizagem do aluno nas salas regulares, juntamente com a interação do mesmo ao grupo de colegas. A discriminação com alunos especiais vai diminuindo na medida em que a inclusão nas escolas for aumentando, para isso, o AEE é indispensável.

É sabido que o Atendimento Educacional Especializado é um subsídio dado ao aluno para que seja viável sua formação escolar e sua autonomia na vida social e pessoal. Hoje, o AEE é parte inerente à escola, onde recebe o suporte das salas de recursos multifuncionais, que dispõe de toda parte pedagógica necessária. O papel do professor ganha relevância nesse sentido, onde sai das salas de ensino regular e começa a atuar também nas salas de recursos multifuncionais. O seu dever como profissional da educação não se limita apenas ao atendimento dado ao aluno e sim tudo aquilo que estiver ligado a ele e sua alfabetização e formação.

Para que o docente consiga alcançar suas metas educacionais junto ao aluno especial, é necessário que ele elabore planos de AEE, trabalhe paralelamente com o professor da sala regular, para reparar e detectar avanços e descobertas, além do contato familiar para entender alguns comportamentos e dificuldades encontradas na interação do aluno com as pessoas, enfim. O principal objetivo do professor é, além da formação, a disseminação e a inclusão desse aspecto em todas as instituições educacionais.

Quando se fala em planos de AEE, é importante lembrar que os mesmos devem ser produzidos e executados pelos professores das salas de recursos multifuncionais logo após

terem concluído os estudos aprofundados dos casos específicos de cada aluno. O estudo do caso em si traz, detalhadamente, informações acerca do grau da deficiência, quando diz respeito à cognição, interação, desenvolvimento pessoal, entre outros. Para que os planos obtenham êxito, faz-se necessário que haja um vasto conhecimento acerca da deficiência que o aluno possui e as consequências trazidas, para que sejam tratadas de forma correta e capaz de auxiliar, com louvor, sua formação acadêmica e seu desenvolvimento pessoal.

Toda e qualquer criança que venha a frequentar instituições de ensino - públicas ou particulares -, tem um respaldo legal, exemplificado na nossa Carta Magna, que garante direito à educação. Todas as escolas têm o dever de cumprir com os requisitos constitucionais, não podendo excluir alunos por fatores de raça, cor, condição social ou deficiência. Além disso, as escolas devem oferecer ensino de qualidade, capaz de preparar o aluno para a vida em sociedade e profissional. É sabido, porém, que devido às deficiências presente em alguns alunos, os mesmos necessitam de um atendimento especializado para que, nas salas de ensino regular, atendam às expectativas do processo de ensino aprendizagem da sua série.

Os atendimentos Educacionais Especializados (AEE) foram criados com o intuito principal de assessorar os alunos com algum tipo de deficiência e garantir que os mesmos tenham condições suficientes de frequentar salas de aula comuns, de modo a aproveitar e suprir todas as informações e conhecimentos lá depositados sem tanto prejuízo na aprendizagem. O AEE, por fim, busca incentivar o aluno com deficiência a estimular todas as áreas, sejam elas afetivas, cognitivas ou sensoriais.

A Sala de Recursos Multifuncionais oferece o suporte necessário dado ao Atendimento Educacional Especializado, com a finalidade de oferecer apoio no que diz respeito ao espaço reservado dentro da própria escola, onde seja possível encontrar material didático especializado para os diversos tipos de deficiência, materiais pedagógicos e todo espaço físico necessário. O mais importante, porém, é a presença de um professor especialista no assunto tratado, que seja capaz de atender as demandas dos alunos especiais. O entendimento mais profundo do termo “Salas de Recursos Multifuncionais” se dá pelo fato de, ali naquele espaço, ser possível realizar diferentes tipos de tratamentos com diferentes tipos de alunos, onde podemos citar o desenvolvimento intelectual, social e motor dos educandos.

“As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito de organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.” (BRASIL, 2010, p. 6)

É interessante ressaltar que os discentes que necessitarem de Atendimento Educacional Especializado devem possuir duas matrículas - na sala de aula regular e na Sala de Recursos Multifuncionais -, onde, de forma imprescindível, deve ser no horário oposto ao do ensino regular. No entanto, se for o caso de a escola onde o aluno cursar o ensino comum não possuir as Salas de Recursos, o mesmo deverá procurar outra instituição, de preferência que seja o mais próximo possível, para que ele possa realizar o AEE em outro local divergente onde recebe os ensinamentos das aulas comuns.

O objetivo primordial das Salas de Recurso, como já foi dito, é o desenvolvimento intelectual do aluno, que inclui as relações sociais, afetivas, cognitivas, entre outras. Vale ressaltar que, para que o resultado esperado seja alcançado é de total necessidade e importância que o mesmo seja acompanhado por profissional pedagógico, que irá estudar a melhor forma e os suportes necessários para que o discente alcance seu objetivo. Tal acompanhamento é indispensável para que seja diagnosticado a fundo as particularidades do aluno, onde o mesmo possui mais dificuldade e qual área deverá ser tratada de forma mais intensa, fazendo com que seu desenvolvimento nas salas de aula seja notável e satisfatório.

O docente que for designado para esta tarefa de assumir as Salas de Recursos Multifuncionais deverá planejar e estudar o método mais eficaz de ensino, levando em consideração as particularidades de cada aluno, observando cada deficiência, limitação e o meio pedagógico mais adequado para que todos alcancem os objetivos buscados no AEE. A interação entre os professores do ensino regular, equipe pedagógica e profissionais especialistas das Salas de Recursos é indispensável, pois, só assim, poderá ser feita avaliações nos alunos que meçam o desenvolvimento construído em cada caso. Importante designar, também, a importância dos pais nesse processo, para que possam estar cientes de tudo que há e acontece nas Salas de Recursos e avaliar, de forma geral, o comportamento das crianças em casa.

Esta sala é que dispõe aos alunos especiais o acervo necessário para o desenvolvimento de todos os aspectos da vida, sejam eles cognitivos, motores, intelectuais, enfim. Os profissionais devem incentivar para que as dificuldades sejam minimizadas e todo conteúdo disponibilizado em sala de aula seja absorvido sem maiores problemas. Ressalta-se, ainda, que o atendimento especializado feito nas salas de recurso multifuncionais jamais devem ser confundidas com aulas de reforço ou semelhantes. O projeto didático e pedagógico dessas salas vão muito, além disso, e enfatizam o crescimento e o aprofundamento da absorção de conhecimento.

O registro dos avanços e retrocessos encontrados no desenvolvimento dos alunos deve ser colocado no sistema diariamente, para que possa passar por avaliações contínuas. Não há tempo determinado de duração do ensino especial nas salas de recurso, ele só se encerra quando os resultados esperados são, de fato, atingidos. A forma mais eficaz de realizar o atendimento é de forma individual ou, no máximo, em pequenos grupos, formados por alunos de faixa etária e/ou deficiência intelectual semelhante, para atender a todas as necessidades pedagógicas. Não há que se falar em exames ou provas para se avaliar os alunos das Salas de Recurso, tal avaliação de se dá de forma qualitativa, observado o progresso diário.

Os dados estatísticos arquivados e atualizados diariamente passam por uma inspeção anual, que avalia o trabalho desenvolvido na Sala de Recursos. Quando um aluno alcança os resultados esperados e tem o aval do profissional, da equipe pedagógica e, conseqüentemente, dos docentes de salas de aula comum, o mesmo requer o afastamento do atendimento especial.

#### **1.4 Déficit intelectual: um breve discurso**

A deficiência intelectual é caracterizada pela diminuição da média do funcionamento mental do indivíduo portador. Atualmente, esta definição é dada pela AAIDD (Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento), além disso, afirma-se ainda que o deficiente intelectual limita-se a realizar atividades de adaptação da vida social, pessoal, enfim. Normalmente, o desenvolvimento da DI acontece antes de o indivíduo completar a maioridade.

Em linhas gerais, a pessoa com deficiência intelectual não consegue realizar feitos básicos do cotidiano, como a comunicação ou o entendimento. O aprendizado é lento e muitas vezes difícil, pelo fato de que, normalmente, a idade mental não condiz com a idade cronológica da pessoa.

O maior problema no combate à deficiência intelectual é que não se sabe a causa real que a provoca. Cientistas e pesquisadores buscam resultados ligando a deficiência às causas genéticas ou problemas enfrentados durante o período de gestação ou logo após o parto. No entanto, ainda não se tem uma origem definida, dificultando, assim, o tratamento e a prevenção.

Ao longo do tempo, deficiência intelectual sempre esteve paralelamente ligada à deficiência mental, o que fez com que as nomenclaturas que faziam menção a mesma foram respaldados no que a própria medicina dispôs.

Pletsch traz à tona os diversos termos dados à deficiência durante os séculos: “idiotia -

século XIX; debilidade mental e infradotação - início do século XX; imbecilidade e retardo mental (com seus níveis: leve, moderado, severo e profundo) e deficit intelectual/cognitivo - final do século XX e deficiência mental - final do século XX e início do século XXI”.

Atualmente, o termo usado para descrever os portadores é o da deficiência intelectual. Tal decisão foi tomada em 2004, quando aconteceu no Canadá, mais precisamente em Montreal, um evento que gerou uma declaração (Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual) que espalhou e solidificou a mudança da expressão “deficiência mental” para “deficiência intelectual”.

É plausível a mudança de termos, visto que, a deficiência relatada afeta somente o intelectual do indivíduo e não sua mente e seu corpo. A maior dificuldade enfrentada é a de adaptação em diversos meios, então tratá-la como deficiência mental é inviável.

Ao propor-se estudo sobre as possibilidades que as escolas oferecem, quando tratam da educação do deficiente intelectual, sentiu-se a necessidade de fazer pequena retomada histórica.

Mazzotta (2003, p.20) afirma que: “foi no século XIX, quando o médico Jean Marc Itard (1774-1838) mostrou a educabilidade de um ‘idiota, o denominado ‘selvagem de Aveyron - que teve início o atendimento educacional aos ‘débeis’ ou ‘deficientes mentais’, numa iniciativa que ficou conhecida como abordagem médico-pedagógica, por apoiar-se na crença da educabilidade das pessoas com deficiência intelectual.”

Salaberry (2007, p.26) demonstra que, no Brasil: “[...] a influência da medicina, na educação da Pessoa com Deficiência Mental perdurou até aproximadamente 1930, interagindo gradualmente com a psicologia e a pedagogia, [...]”. A partir de então é que o tratamento da deficiência se dá de forma mais educativa do que, propriamente dita, médica.

Foi nos Estados Unidos que surgiram as primeiras iniciativas de defesa para o tratamento específico das pessoas com deficiência. Um grupo de pais que resultou na chamada *National Association For Retarded Children* (NARC) buscou incessantemente meios viáveis de conseguir que seus filhos recebessem tratamento adequado e tivesse seus direitos e interesses legalmente respeitados. Tal atitude influenciou de forma direta todo o mundo. Aqui no Brasil, isso resultou na criação da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que teve sua primeira sede na cidade do Rio de Janeiro. Tal instituição exerce papel indispensável na sociedade, por oferecer recursos em todos os sentidos para as pessoas com deficiência.

A partir daí, foram criadas diversas outras instituições com o mesmo objetivo, que disseminou o tratamento especializado fornecido às pessoas com deficiência. Meletti (2010b,



p.215) mostra, respaldado em pesquisas e políticas nacionais que: "no Brasil, a educação da pessoa com deficiência mental é historicamente marcada por sua implementação em instituições especiais privadas de caráter filantrópico e pelo entendimento de que o espaço educacional segregado é o mais adequado para educá-la". Difunde, ainda, seu posicionamento acerca da importância das escolas especiais: "[...] foi se constituindo como instância legítima da deficiência mental, seja por assumi-la em função da inexistência de práticas a ela destinadas, seja por ser responsabilizada pela sociedade civil e pelo Estado como lócus social do indivíduo com deficiência mental [...]".

O desenvolvimento das escolas especiais continuava crescente, visto que, as mesmas não podiam contar com o apoio do governo brasileiro e, nem tampouco, as escolas de ensino regular possuíam a estrutura e pedagogia necessária para atender alunos especiais.

Como já foi dito, a deficiência intelectual é causa de uma limitação no funcionamento e desenvolvimento de atividades que, muitas vezes, requer esforço básico. A maior barreira enfrentada é no que diz respeito à adaptação social, aprendizagem e entendimento.

As pessoas com essa deficiência possuem diversos obstáculos no que diz respeito à resolução de situações impostas, compreensão de atividades complexas e, principalmente, o estabelecimento de laços afetivos com outras pessoas e cuidados pessoais.

Para que a criança não venha a apresentar dificuldades ainda maiores no futuro, é de total importância o incentivo ao desenvolvimento de aspectos que são por si só, prejudicados. Para que sua inserção na sociedade não seja traumatizante, é preciso que exercite capacidades como a compreensão e argumentação, capazes de estimular o convívio normal em todas as relações que ela vier a ter.

O Instituto Inclusão Brasil disponibilizou um dado em que “estima 87% das crianças brasileiras com algum tipo de deficiência intelectual possuem mais dificuldades na aprendizagem escolar e na aquisição de novas competências, se comparadas a crianças sem deficiência, mas que, mesmo assim, é possível que a grande maioria alcance certa independência ao longo do seu desenvolvimento. Apenas os 13% restantes, com comprometimentos mais severos, vão depender de atendimento especial por toda a vida”.

A deficiência mental atinge os indivíduos enquanto os mesmos ainda estão na infância ou adolescência, afetando seu desenvolvimento intelectual e seu poder de obter relações com grupos de pessoas ou ambientes desconhecidos. O atraso se dá, normalmente, pela dificuldade encontrada na interpretação e interação com a sociedade e com as várias situações em que, por ventura, se exponham.

Enquanto que, na doença mental, além de o desenvolvimento intelectual ser afetado, o

indivíduo possui condições excepcionais, caracterizadas pela bipolaridade, dificuldade na concentração, entre outras. A doença mental é subdividida em dois grupos, neuroses e psicoses. As neuroses não necessariamente são encontradas nas pessoas doentes, podem aparecer em pessoas tidas como normais, através de ansiedades e medos repentinos e anormais. As psicoses, como o próprio nome já diz, são transtornos psíquicos exemplificados nos delírios e confusões. Podemos citar o TOC, a esquizofrenia e a depressão como sendo as doenças mentais mais comuns e que atingem o maior número de pessoas.

Em linhas gerais, a principal distinção entre deficiência mental e doença é que, a primeira, limita e retarda o desenvolvimento do funcionamento vital das relações pessoais e sociais, enquanto que, a doença, esse funcionamento não é afetado, mas se torna inutilizado face à presença de fenômenos psíquicos com níveis elevados e/ou anormais.

Por fim, é válido ressaltar que pode-se encontrar pessoas que venham a possuir as duas situações, deficiência e doença, concomitantemente. No entanto, neste caso, é necessário que o tratamento seja especializado em ambas.

### **1.5 O processo de alfabetização e letramento das pessoas com déficit intelectual**

Quando se fala do tratamento fornecido às pessoas com algum tipo de deficiência, tal assunto nos remete aos tempos antigos, onde encontra-se pinturas e artes que fazem menção ao assunto, como podemos citar a pintura de Velasquez denominado “The fools of King Phillip of Spain” e o papiro de Tebes, ANO que remetiam às limitações intelectuais das pessoas. Uma referência comum em Roma eram os palhaços e monstros, pessoas incapazes de realizar qualquer atividade para si mesmas ou para a população como um todo. No entanto, a Grécia, através de seus pensadores, dos quais podemos citar Hipócrates e Confúcio, tratavam a deficiência como algo que necessitava de tratamento e cuidados.

A Revolução Francesa foi um marco histórico no que diz respeito ao processo de tratamento médico e educacional das pessoas com deficiência. A igualdade, fraternidade e liberdade deu força significativa nos primeiros avanços relativos ao assunto. O primeiro grande destaque foi à distinção dos tratamentos, visto que, os assuntos de alçada médica não se confundiam com o que se relacionava à educação. As primeiras instituições foram criadas e as práticas educativas se voltaram para as pessoas com deficiências.

A incapacidade intelectual é firmada na diminuição da capacidade adaptativa nas relações sociais, intelectuais e hábeis. Normalmente, acomete crianças e adolescentes antes de completarem a maioridade.

Luria (1986) afirma que:

“Vygotsky (1896-1923), ao trabalhar com as pessoas com necessidades especiais, concentrou a atenção nas habilidades que essas pessoas tinham, pois entendia que tais habilidades poderiam dar aportes para o desenvolvimento das capacidades de tais indivíduos. Dessa forma, rejeitava as descrições puramente qualitativas no que se referia a “traços psicológicos unidimensionais refletidos de resultados de testes” (p. 34).

Hoje, para que o aluno tenha acesso às escolas que remetam seu ensino para deficientes intelectuais, é necessário que o mesmo passe por avaliação. Esse método vem sendo discriminado e contestado, no entanto, ainda é válido na maior parte das instituições.

Em documentos históricos, é possível encontrar relatos onde afirmavam que havia duas formas distintas de letrar pessoas portadoras de deficiência. A primeira era uma forma mais rude, que treinava o exercício de habilidades praticadas no dia a dia, sem a intervenção de nenhum meio pedagógico voltado para leitura e afins, como o som das palavras, o alfabeto e pequenas formações linguísticas. A outra maneira, porém, era mais concreta e fadada ao sucesso, pois investia na contextualização, pois envolvia o ensino com as interações diárias, incluindo a leitura em grupos, a oralidade e escrita.

A fonoaudiologia começou a ser usada no ensino as pessoas com deficiência intelectual a partir de a partir de 1930, nos Estados Unidos. Kliwer (1998) afirma que: “em 1931, Braem explicou a técnica do método fônico, com demonstração de seus alunos que analisaram e decodificaram palavras usando a unidade fônica.”. Já em 1960, houve um importante acréscimo no processo de alfabetização de pessoas com deficiências intelectuais, com a publicação do livro “The world of Niger Hunt: The diary of a mongoloid youth”, de Nigel Hunt, um inglês portador de síndrome de Down, onde relatou que: “a mãe usou uma técnica gráfico-fonética envolvendo palavras comuns, alfabeto feito em letras de plástico, e, eventualmente, leituras simples.”. Vale salientar a importância desta publicação, pois veio diretamente de uma pessoa com deficiência que alcançou seu objetivo no âmbito da alfabetização e expôs os resultados alcançados.

Uma das formas de ensino, introduzida entre 1960 e 1970, era a chamada “Ball, Stick, Bird” ou “Bola, Vara e Pássaro” que consistia no ensino da escrita das letras aos deficientes classificados em todos os patamares de inteligência. Para chamar atenção, era necessário que o alfabeto fosse redigido de forma colorida e os alunos iriam aprendendo de forma crescente no nível de dificuldade, as primeiras palavras eram sempre verbos, depois introduziram os adjetivos e advérbios. A compreensão da escrita e da linguagem pelos alunos deficientes foi

um momento importante na construção desse processo de alfabetização.

No ano de 1994, no Brasil, foi criado um programa capaz de inserir conhecimento, através dos professores, psicopedagogos e demais profissionais da área aos seus alunos especiais, dentre os quais podem ser citados os ensinamentos acadêmicos e práticas hábeis.

## **2.0 PERCURSO METODOLÓGICO**

### **2.1 Tipo de pesquisa**

A metodologia escolhida para desenvolver esse trabalho foi à pesquisa qualitativa baseada em estudos bibliográficos, observações e realização de entrevista. A pesquisa qualitativa,

Vale-se de procedimentos de coleta de dados os mais variados, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise. Todavia, é natural admitir que a análise dos dados seja de natureza predominantemente qualitativa (GIL, 2008, p.141).

Neste tipo de investigação o pesquisador entra no contexto dos sujeitos conhecendo-o e compreendendo-o de modo a tornar a pesquisa mais sólida. O contexto, no caso específico deste trabalho, foi a uma sala de recursos multifuncionais junto ao atendimento educacional especializado, que faz parte de uma Escola Municipal da cidade de Campina Grande- PB. Foram sujeitos da investigação, dois alunos com déficit intelectuais acompanhados pelo atendimento educacional especializado.

O objetivo principal da pesquisa foi coletar dados que pudessem comprovar a importância dos jogos pedagógicos no processo de alfabetização e letramento de dois alunos com déficit intelectual, incluídos em escola regular.

Como a coleta foi realizada durante a inserção na turma, para a realização do Estágio Supervisionado pelo PIBID (Programa de Iniciação à Docência), optou-se pela utilização da pesquisa participante, pois esta propicia que o pesquisador participe e interaja junto aos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa participante é apresentada como sendo aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos ou da situação problema a ser investigada, compartilha a

vivência (a vida) dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. (SEVERINO, 2007, p.15).

Os elementos mais significativos observados durante a realização do estágio foram registrados em um diário de campo. Nossas observações ocorreram na sala de recursos multifuncional, junto ao atendimento educacional especializado, durante o período de agosto a outubro de 2015, duas vezes por semana, somando um total de trinta e dois encontros.

Diante dos dados coletados através de ambos os instrumentos, organizou-se o presente artigo buscando analisá-los a luz do referencial teórico e das compreensões já enunciadas sobre a importância dos jogos na construção das aprendizagens de dois alunos com déficit intelectual.

O estudo de caso é um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado.

O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Conforme YIN (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

## **2.2 Cenário da pesquisa**

A instituição de ensino em que realizamos essa pesquisa fica localizada numa região periférica da cidade de Campina Grande- PB.

A escola hoje apresenta 300 alunos matriculados e distribuídos entre os turnos manhã e tarde, atendendo a fase do ensino fundamental I e II, assistindo também 24 alunos no atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais. Em relação ao corpo docente da escola, constatamos que a escola é formada por: um diretor geral, um diretor adjunto, quatro profissionais da equipe técnica, duas secretárias, vinte e sete professores, duas merendeiras, dois auxiliares de serviço, e dois vigilantes, num total quarenta e um funcionários.

A escola conta com uma infraestrutura: nove salas de aulas, Sala de diretoria, Sala de professores, Laboratório de informática, Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), Cozinha, Biblioteca, Sala de leitura, Parque infantil, Banheiro dentro do prédio, Banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade

reduzida, Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Pátio coberto, Pátio descoberto.

O lócus da nossa pesquisa deu-se na sala de recursos multifuncional, com apoio aos alunos com dois alunos com déficit intelectual, junto ao atendimento educacional especializado.

**Figura 1** – A imagem coletada na escola, onde ocorreu a pesquisa em sala de Atendimento Educacional Especializado.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2015)

### 2.3 Análise dos dados coletados

No campo de pesquisa, ou seja, a instituição de ensino realizamos observações sob diferenciados aspectos. Entre eles estão à observação da estrutura física e do funcionamento da instituição; da prática docente; do currículo para educação da especial; das concepções que orientam as práticas docentes no atendimento educacional especializado.

Tivemos assim acesso aos laudos médicos dos alunos, documento que comprova e diagnostica se o aluno tem algum tipo de deficiência seja ela cognitiva, motora, auditiva e etc. Conhecemos ainda os planos de ação pedagógica de cada aluno, bem como as temáticas a serem trabalhadas ao longo do ano letivo.

Esse momento foi de suma importância para conhecermos a realidade em que iríamos

lidar diariamente. Como também contribuiu para que pudéssemos traçar um plano de intervenção pedagógica, voltado para atender a demanda educacional do AEE.

Inicialmente buscamos conhecer nosso alunado, tentando diagnosticar suas dificuldades de aprendizagem e suas limitações, buscando oferecer apoio pedagógico para que aos alunos com necessidade especiais, nosso objetivo voltou-se para ajudá-los a avançarem junto as suas salas no ensino regular. Através de diagnósticos podemos perceber as lacunas de aprendizagem de leitura e escrita dos sujeitos da nossa pesquisa.

Realizamos diagnósticos e neles podemos identificar as dificuldades de aprendizagem, e a partir daí, buscamos alternativas pedagógicas que contribuíssem para minimizar as dificuldades, ou seja, esses déficits no processo de ensino aprendizagem dos dois alunos com deficiência intelectual no que diz respeito ao processo de alfabetização e letramento.

## **2.4 Participantes da pesquisa**

A partir do projeto de iniciação á docência na formação inicial da pesquisadora foi observado às dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem de duas crianças que apresentavam limitações cognitivas. Tal aspecto despertou na pesquisadora indagações que impulsionaram a busca em compreender como se desenvolve a aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos com essas particularidades.

Os sujeitos da nossa pesquisa foram dois alunos com déficit intelectual incluídos em uma escola municipal da rede pública da cidade de Campina Grande. Para resguardar a identidade, criamos codinomes para os sujeitos envolvidos na pesquisa que chamaremos de Igor e Bruna.

### **2.4.1 Apresentação do estudo de caso 1**

A criança: Igor tem 10 anos de idade, frequenta o 3º ano do ensino fundamental I, no turno tarde e no contra turno (manhã) é assistido pelo atendimento educacional especializado, junto à sala de recursos multifuncionais de uma escola pública no município de Campina Grande.

Sua história de vida pessoal e educacional tem merecido maiores cuidados por parte da atenção psicossocial, visto ser uma criança com um comportamento em discrepância com sua idade cronológica. A criança tende a um visível isolamento das demais, associada a pouca

interação com todos no âmbito escolar, além disso, tem dificuldades na oralidade e apresenta movimentos repetitivos.

No primeiro contato com a família, ficamos cientes de que até então a criança não tinha nenhum diagnóstico. “Eu percebia, mas tinha medo de enxergar a realidade” disse a mãe. O desconhecimento, a desinformação e falta de orientação por parte dos pais levou-os a só se mobilizarem em 2011 após o chamado e providências da escola, que tem se esforçado para manter o diálogo mais consistente, objetivando levar a criança a atendimentos mais especializados e assim contribuir para o seu melhor desenvolvimento.

A partir de 2011, foram realizadas visitas domiciliares e atendimento aos pais. Neste trabalho observamos que a criança apresentava em casa e na comunidade comportamento semelhante ao da escola. Na busca por parcerias, além do AEE e CAPS encaminhamos também a serviços especializados como fonoaudiólogo devido à dificuldade apresentada na fala e ao neurologista que o diagnosticou com deficiência intelectual, apresentando assim traços de autismo.

Através do diagnóstico podemos traçar planos de intervenção pedagógica para ajudar essa criança a se desenvolver melhor. Pois Igor apresenta grandes dificuldades de leitura e escrita, apresentando omissões de letras e distorções, escrita invertida. Lentidão para escrever não acompanhados os conteúdos propostos no 3º ano. Durante a aula na sala regular sua produção escrita aparece letras de tamanhos muito diferentes.

#### **2.4.2 Apresentação do estudo de caso 2**

A criança: Bruna tem 14 anos de idade, frequenta o 4º ano do ensino fundamental I, no turno tarde e no contra turno (manhã) é assistida pelo atendimento educacional especializado, junto à sala de recursos multifuncionais de uma escola pública no município de Campina Grande.

Bruna tem um histórico de negligências, abandono, abuso psicológico e abuso físico. A mesma tem cinco irmãos, que estão espalhados em casas de adoção, inclusive ela reside em um abrigo. Sua mãe biológica tem sérios problemas mentais, a mesma faz uso de entorpecentes e abusava sexualmente dos seus próprios filhos, não tendo condições físicas e psicológicas para cuidar dos seus filhos, eles foram encaminhados para abrigos.

Bruna está na adolescência e seus hormônios sexuais estão bem a florados, devido aos estímulos sofridos desde a infância, Bruna ao ver seu irmão acredita que o mesmo seja seu namorado é bem complicado quando eles estão no mesmo turno na escola.



Quanto a seu histórico escolar Bruna desde a pré-escola observa-se que suas habilidades e desempenho apresentavam abaixo do esperado para sua idade. Foi informado pelos cuidadores onde ela reside que a mesma apresentava dores de cabeça, tonturas e constantes crises epiléticas.

Bruna não compreende o processo da leitura e escrita, somente copia. Segundo o relato da professora da sala regular: ela interessada, disciplinada e presta atenção às explicações e concentra-se durante as tarefas. No entanto não conclui as atividades no tempo previsto e não procede à leitura e escrita.

Diante desse quadro emblemático a escola encaminhou para vários especialistas psicólogos, psiquiatras, oftalmológica, neurologistas. Para melhor atender as necessidades educacionais de Bruna, após uma bateria de exames foi detectado que Bruna apresentava um grau moderado de deficiência intelectual.

A partir do laudo médico Bruna foi encaminhada para sala de recursos multifuncionais, para o atendimento educacional especializado, que tem contribuído de maneira significativa para minimizar suas dificuldades de aprendizagem, principalmente ao que se refere ao processo de leitura e escrita.

## **2.5 A intervenção dos jogos pedagógicos na construção da identidade**

Nos atendimentos prestados alunos aos alunos com deficiência intelectual, buscamos diversificadas maneiras de alfabetizá-los, inclusive utilizando seu próprio nome.

Brincadeiras como bingo, adivinha dos nomes, dança das cadeiras dos nomes, contato com letras móveis, as plaquinhas com o nome entre outras, fizeram parte das atividades de leitura e escrita que oferecemos para que eles pudessem aprender a escrever o próprio nome sem que simplesmente “desenhassem” as letras copiando e reproduzindo o que está na plaquinha, mas sim reconhecendo as letras de seu nome e memorizando a ordem correta para escrevê-lo.

O processo de escrita do nome inicia-se com as letras móveis e a plaquinha para que o aluno monte o seu nome e em seguida possa escrevê-lo com o auxílio da plaquinha. Após esta atividade incentivamos para que escrevessem sem olhar o modelo da plaquinha, mesmo que no início omitam algumas letras ou as coloquem fora de ordem é importante que escrevam livremente para expressar o que já aprenderam sobre seu próprio nome.

O nome próprio de aluno é seu marco de identificação e, por isso, é tão valorizado por ela. É por esse motivo que este trabalho gera uma relação de identidade do aluno com a

escrita.

Podemos utilizar vários tipos de materiais para explorar o nome do aluno oferecendo uma aprendizagem dinâmica e significativa. Alternativas pedagógicas que favorece para o processo alfabetização e letramento:

Com bandejas de areia misturadas com giz de cor pedacinhos ou bandejas com sal; a criança deve desenhar a letra do seu nome dizendo seu nome em voz alta. Posteriormente é introduzido o conceito de maiúscula e minúscula e deve se dizer em voz alta o nome da letra e se é maiúscula ou minúscula.

Uma infinidade de materiais como pintura de dedo, argila, creme de barbear, para desenhar as letras sobre o papel e seguir seu formato.

Fazer a árvore do alfabeto, podemos confeccionar uma árvore com todas as letras maiúsculas. As letras minúsculas estando maçãs recortadas que a criança deve colar na árvore, em cima da letra correspondente.

Trabalhar o nome do aluno através de diversos tipos de materiais: alfabeto móvel, palitos de picolé, prendedores de roupa, para que a criança selecione as letras que compõe seu nome.

Quebra-cabeça das letras, podemos também trabalhar noção de tempo e espaço, como também a letra inicial e final do nome do aluno.

O objetivo maior do trabalho com a escrita do nome é fazer com que cada um se reconheça como um sujeito importante que possui um nome que é só seu, além de propiciar um início de alfabetização, sendo assim estão aprendendo as letras de seu nome e estabelecendo relações com letras de outros nomes ou palavras do dia a dia.

## **2.6 Jogos pedagógicos mediando à formação de palavras**

A comunicação entre indivíduos é de excepcional importância no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem e cognição de um aluno, fazendo com que o mesmo tenha um maior proveito nas relações sociais e afetivas, dentro e fora da sua instituição de ensino. As escolas devem fundamentar suas ações pedagógicas num aspecto comunicativo, o que capacita e leva os alunos a construir de forma mais sólida conhecimentos relevantes na sua educação. Sabendo disso, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) considerou que o

aluno pode alcançar níveis intelectuais, linguísticos e cognitivos consideráveis, se o ensino for baseado na contextualização e relação com diferentes situações presentes no dia a dia, facilitando as formas de pensar e agir dos alunos.

Os chamados jogos lúdicos impulsionam os discentes que possuem algum tipo de necessidades intelectual ao uso do raciocínio imaginário, ou seja, a sua imaginação faz com que o mesmo viva a fantasia lúdica como se fosse uma realidade idêntica àquela demonstrada em sala de aula. No nosso cérebro, algumas áreas específicas são guardados ensinamentos, tais como vocabulários, imagens que interpretamos, textos gramaticais, entre outros. Todos estes são veículos de comunicação extremamente importantes na construção do aprendizado do aluno que porta alguma limitação.

O jogo em si, no sentido complexo da palavra, é sinônimo de brincadeira e diversão, meio pelo qual torna um ambiente alegre e propício para socialização de um grupo ou de um indivíduo. No campo educacional, o jogo está sendo utilizado, na verdade, como incentivador destas relações pessoais, além de condutor da aprendizagem dos alunos, variando a forma como é aplicado e os resultados que são capazes de trazer.

A inovação do ensino através dos jogos pedagógicos vem revolucionando e trazendo excelentes e satisfatórios resultados, possibilitando ao aluno com deficiência – seja ela física ou mental -, o seu crescimento intelectual e quebra de barreiras antes tidas como obstáculos inquebráveis. O desenvolvimento de habilidades, pensamentos, estratégias e potencial cognitivo são características inerentes aos jogos. Usova (apud WASKOP, p. 84) alega que:

“[...] a pedagogia concebeu materiais que se fundamentavam em ações e situações de jogo, mas tanto num sentido como no outro introduziu tarefas didáticas. Nos jogos didáticos, dessa natureza, a criança aprende a falar, a cantar etc., condicionada aos objetivos colocados. A criança aprende, brincando, a aplicar os conhecimentos adquiridos na brincadeira de forma involuntária e inadvertida. O objetivo didático fica oculto frente à criança... a criança simplesmente brinca, mas no fundo, esse é um processo de aprendizagem involuntário e imperceptível.”

Vários fatores emocionais dos alunos são colocados à prova dentro dos jogos. Os mesmos são estimulados a exercitar sua ansiedade, aprender a confiar em si e no outro, passar pelas sensações de ganho e perda, trabalhar com seu poder de concentração e criação, sabendo onde errou e acertou, enfim. Além disso, é sabido que os jogos constroem relações de respeito e rivalidade, fazendo com que o jogador, no caso, o aluno, opte e alimente seu poder de escolha, de raciocínio e autonomia, sabendo que, apenas ele é responsável por aquilo. A mágica dos jogos está sendo um meio infalível de ensino e quebra de barreira entre o aluno

com deficiência e seu aprendizado construtivo.

Passamos a conhecer intimamente os alunos através das suas ações dentro dos jogos, capazes de mostrar sua forma de interagir em grupo e até o seu nível de crescimento intelectual frente à deficiência. O jogo se transforma não só num ato de diversão e brincadeira, mas em um momento de aprendizado e construção intelectual e moral do indivíduo.

Alguns jogos pedagógicos que utilizamos nos atendimentos prestados aos sujeitos da pesquisa.

### **2.6.1 Bingo da letra inicial**

Objetivos didáticos deste jogo:

Conhecer o nome das letras do alfabeto;

Compreender que as sílabas são formadas por unidades menores;

Compreender que, via de regra, a cada fonema, corresponde uma letra ou um conjunto de letras (dígrafos);

Identificar o fonema inicial das palavras;

Estabelecer correspondência grafo fônica (letra inicial e fonema inicial);

Comparar palavras que possuem unidades sonoras semelhantes;

Perceber que palavras que possuem uma mesma sequência de sons tendem a ser escritas com a mesma sequência de letras.

Quando os alunos passam a perceber que usamos letras na escrita das palavras e que existem letras específicas que fazem correspondências com fonemas específicos, eles começam a tentar estabelecer as correspondências grafo fônicas corretas. Nesta fase, as crianças precisam participar de variadas atividades que explorem essas relações e gerem conflitos. O “Bingo Letra Inicial”, diferente de outros bingos que só exploram o reconhecimento das letras, oportuniza, também, refletir sobre o sons aos quais as letras correspondem, pois os alunos terão de escolher qual letra vai ser usada para completar palavras que apresentam uma mesma sequência de sons e que se diferenciam apenas no fonema inicial. Essa é uma forma divertida de trabalhar palavras lacunadas sem cansar os alunos.

### **2.6.2 Troca-letras**

Objetivos didáticos deste jogo:

- Conhecer as letras do alfabeto e seus nomes;
- Compreender que as sílabas são formadas por unidades menores;
- Compreender que, a cada fonema, corresponde uma letra ou um conjunto de letras (dígrafos);
- Compreender que, se trocarmos uma letra, transformamos uma palavra em outra palavra;
- Compreender que a ordem em que os fonemas são pronunciados corresponde à ordem em que as letras são registradas no papel, obedecendo, geralmente, ao sentido esquerda-direita;
- Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças sonoras entre elas;
- Estabelecer correspondência grafo fônica.

Comparar palavras é um tipo de atividade muito importante no processo de alfabetização. Quando os alunos analisam duas ou mais palavras, buscando semelhanças e / ou diferenças, eles consolidam correspondências entre as unidades sonoras (fonemas) e unidades gráficas (letras). No caso deste jogo, além de comparar, os alunos fazem um esforço para identificar o único som (fonema) diferente entre as palavras. Para isso, eles precisam segmentar a palavra em pedaços e focar a atenção no interior das sílabas, ou seja, além de perceber que as palavras são constituídas de unidades silábicas, são levados a refletir sobre as menores unidades sonoras (os fonemas) e suas relações com as menores unidades gráficas (as letras).

Tal reflexão demanda um nível de conhecimento sobre o sistema alfabético mais elaborado em relação a outros tipos de atividades, quando os alunos precisam apenas segmentar e contar sílabas ou comparar palavras apenas quanto às semelhanças sonoras.

### **3.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante compreender que a deficiência intelectual é a condição do sujeito em si, e essa condição não deve ser interpretada como incapacidade de aprendizagem, é preciso considerá-la a partir das suas características individuais, identificando assim as possibilidades e potencialidades de aprendizagem de cada sujeito para que sejam definidas estratégias e apoio pedagógico que contribuam para desenvolver as competências e habilidades intelectuais e de autonomia dos alunos com deficiência intelectual e para a efetivação de uma educação, de fato, inclusiva.

Podemos perceber ao longo deste estudo que o crescimento da alfabetização dos alunos especiais vem se tornando mais notável com o passar dos anos. Compreendemos a evolução do assunto desde os primórdios até os dias atuais e vislumbramos diversas alterações positivas.

O que antes era fadado à morte por não “servir” para a sociedade, hoje recebe Atendimento Educacional Especializado, para que sua deficiência não o impeça de desenvolver práticas sociais, pessoais, educativas, enfim. A deficiência intelectual, hoje, é motivo de empenho para profissionais da área pedagógica colocarem em prática conhecimentos necessários para criar saídas e o ensino e a alfabetização seja considerada ideal.

Compreendemos que garantir uma maior interação, participação, permanência e aprendizagem dos alunos com deficiências, matriculados na escola, de modo que contribua com o processo de educação inclusiva conforme preconiza a legislação educacional, ainda é um grande desafio. Entendemos ainda, que o desafio de garantia da aprendizagem numa perspectiva de educação inclusiva está aliado a outros desafios maiores, tais como, a formação contínua e capacitação dos professores para que se garanta não apenas a utilização didática de forma intencional e planejada dos recursos tecnológicos da sala de recursos multifuncionais, mas essencialmente, para que estes de fato consigam trabalhar com a diversidade de sujeitos, especialmente com alunos com deficiência intelectual, de modo a garantir uma aprendizagem significativa com respeito e reconhecimento das limitações e visualização das possibilidades e potencialidades dos alunos, na tentativa de garantir os seus direitos de aprendizagem e conseqüentemente, o seu sucesso escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009.

DARCY, Raíça; PRIOSTE, Cláudia; MACHADO, Maria Luisa Gomes. **10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental.** São Paulo: Avercamp, 2006.

**Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília : Corde, 1994. FONSECA, Vitor da. Educação Especial. Porto Alegre : Artes Médicas, 1987. 127 p.

FONTES, Carlos. **Educação Inclusiva:** Algumas Questões Prévias. Disponível em: <<http://www.educacionenvalores.org/Educacao-Inclusiva-Algumas.html>> Acesso em: 13 out. 2015

GOFFREDO, Vera Flor Sénechal, **Fundamentos de Educação Especial.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

KIRK, Samuel A., GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional.** São Paulo : Matins Fontes, 1987. 502 p.

MACHADO, Rosângela. **A (des)integração do aluno portador de deficiência na rede regular de ensino de Florianópolis,** 1998. Monografia (Especialização em Atividade Motora Adaptada). Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento.** Cadernos CEDES. Campinas - SP, n° 46, p. 93 - 107, 1988 a.(A nova LDB e as necessidades educativas especiais).

MONTESSORI, M. D. **Pedagogia científica: a descoberta da criança.** São Paulo: Flamboyant, 1965.

PASCHOALICK, Wanda Ciccone. **Análise do processo de encaminhamento de crianças às classes especiais para deficientes mentais desenvolvido nas Escolas de 1º Grau da Delegacia de Ensino de Marília.** São Paulo : PUC , 1981. 134p. Dissertação (Mestrado em Supervisão e Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1981.

PEREIRA, Olívia et al. **Educação especial: atuais desafios.** Rio de Janeiro : Interamericana,

1980. Cap. 1, p.1-13: Princípios de Normalização e de Integração na educação dos excepcionais.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

RODRIGUES, David Antônio. **Avaliação e planejamento da intervenção pedagógica em pessoas portadoras de necessidades educativas especiais**. Vitória: UFES, Centro Pedagógico, Laboratório de Aprendizagem, 1993. Vídeo cassete (120min). Palestra proferida no II Fórum Capixaba de Estudos em Educação Especial, 29/07/93.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SHIMAZAKI, E. M.; MORI, N. N. R. **Alfabetização de alunos com retardo mental: uma alternativa interdisciplinar**. In: Marquezini, M. C, et al (orgs). *Perspectiva multidisciplinar em Educação Especial*. Londrina, 1998, v.1, p. 55-58.

SHIMAZAKI, E. M.; PACHECO, E. R. **Matemática para alunos com Síndrome de Down**. O professor, Lisboa, v. 1, n.1, p. 23-36, 2001.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo : CEDAS, 1987.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

STOBAUS, C.D.; MOSQUERA,J.J. **Educação especial: em direção á inclusiva**. são Paulo: Edípucrs, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 13 out. 2015

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.